

CIBEC/INEP



B0012615

DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL

SISTEMAS DE ENSINO

E

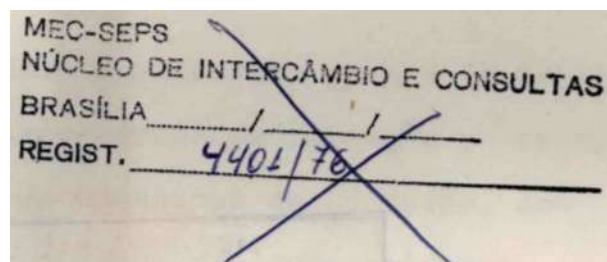
UNIVERSIDADES

7.014
929s

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



NEY BRAGA

Ministro da Educação e Cultura

EURO BRANDÃO

Secretário Geral do Ministério da Educação
e Cultura

Pe. JOSÉ VIEIRA DE VASCONCELLOS

Presidente do Conselho Federal de Educação.

Documento elaborado para o IX Encontro
de Secretários de Educação e Presiden-
tes de Conselhos de Educação, com a
participação das Universidades,

24 a 26 de novembro de 1975

Porto Alegre, RS,

Coordenação:

Rizza de Araújo Porto - (Secretaria Geral - MEC)

Elaboração:

- Celina Aparecida Barbosa de Moura - Conselho Es-
tadual de Educação e Secretaria de Educação e
Cultura do Paraná
- Gildo Willadino - Conselho de Educação e Secreta-
ria de Educação e Cultura do Distrito Federal
- Maria Luiza de Almeida Cunha Ferreira - Conselho
Estadual de Educação e Secretaria de Educação de
Minas Gerais,

"... a relação dialética entre instituição de ensino e comunidade se realiza através das três funções básicas de ensino, pesquisa e de extensão. Se até aqui o primeiro tem predominado, constituindo o fim e a essência das instituições, passar-se-á a atribuir importância crescente às duas outras, sem estabelecer qualquer relação de precedência entre elas, mas atentando para o fato de que o ensino pode e deve beneficiar-se da pesquisa e da extensão".

Prof. Edson Machado de Souza
"Planejamento Universitário:
Políticas, diretrizes e metas" - "I Seminário sobre planejamento de campi universitários" - Brasília, s/data.

PLANO CO TRABALHO

Apresentação:

I - Situação atual dos Sistemas de Ensino

1- Considerações Preliminares

2- Dos Sistemas de Ensino

3- Da atual situação das Secretarias de Educação

II - Os Sistemas de Ensino e as Universidades

1- O significado do Sistema para a Universidade

2- Necessidades dos Sistemas de Ensino

3- Mobilização dos recursos das Universidades

III - Estratégias para a integração

APRESENTAÇÃO

O presente documento tem por finalidade oferecer subsídios para a implantação de uma política de **integração** entre os Sistemas de Ensino e as Universidades.

Apresenta inicialmente uma visão panorâmica da situação atual dos Sistemas de Ensino. Segue-se a abordagem de alguns aspectos para os quais os Sistemas necessitam contar com o apoio das Universidades ao mesmo tempo que lhes proporciona vasto e diversificado campo para estágio e pesquisa. Finalmente, sugere algumas estratégias para a integração Sistemas-Universidades.

Mais do que tratamento teórico e sistemático da matéria, o documento é calcado na experiência dos autores, deixando ampla margem a reflexão criadora dos participantes do Encontro.

AO LER ESTE DOCUMENTO, PROCURE REFLETIR SOBRE AS
SEGUINTEs QUESTÕES:

1. Quais os principais problemas dos Sistemas de Ensino para os quais é relevante o trabalho integrado com as Universidades, na busca das soluções?
2. Quais as estratégias e mecanismos que podem operacionalizar a integração Sistemas-Universidades?

I- SITUAÇÃO ATUAL DOS SISTEMAS DE ENSINO

1. Considerações Preliminares

O documento Política Nacional Integrada da Educação do Ministério da Educação e Cultura, apresenta fundamentos, diretrizes e roteiro para a formulação dessa política.

Invertendo a questão, pode-se dizer que não existe, implantada e de fato, uma política nacional de integração no campo da educação, e que agora se pretende suprir essa lacuna.

Por outro lado a tomada de consciência do problema é forte indicador de que se chegou a considerável amadurecimento sobre o assunto.

Há objetivos comuns e específicos em cada área de atuação, e agora se evidenciam as superposições e as omissões das agências educacionais. Os objetivos, contudo, não são conflitantes.

Com isto, a tarefa parece ser mais de integrar esforços, bem como o encontro de fórmulas capazes de operacionalizar essa integração.

Várias dificuldades apresentam-se logo de início.

O ensino é ministrado sob quatro dependências administrativas (federal, estadual, municipal e particular).

A integração dessas quatro áreas é essencial, uma vez que, até o momento, cada uma raciocina e opera segundo motivações próprias, em termos de seu âmbito de atuação.

As Secretarias de Educação das Unidades da Federação encontram-se sobrecarregadas pelo peso da demanda social, sem às vezes considerar adequadamente o que deve ser realizado pelos municípios e por particulares. Concentram-se no Ensino de Primeiro e de Segundo Grau, sem articularem o sistema com as entidades de ensino superior. Há um tratamento segmentar, seguindo a compartimentalização dos graus definidos em lei.

A expansão das redes, segundo as várias dependências e graus, tem se processado conforme pressões, possibilidades e interesses distintos, sem integração.

Ocorre também, que algumas Secretarias de Educação ainda não dispõem de informações para acompanhar o andamento da Reforma Universitária, ao mesmo tempo que algumas entidades de ensino superior não se detêm no significado e repercussões das mudanças decorrentes da implantação da lei 5692/71.

Finalmente, não foram sistematizados mecanismos de avaliação das iniciativas adotadas; não se tem uma visão clara do que vem sendo realizado, e do significado e desdobramento do que já foi executado.

2. Dos Sistemas de Ensino

O que se denomina de "Sistema de Ensino" carece de um atributo essencial que é a organicidade.

Encontra-se um aglomerado de órgãos e instituições de várias naturezas. Há diferentes graus e modalidades de ensino. Os níveis de subordinação administrativa são diversos. Há as concepções mais variadas de escolas, objetivos e métodos.

Em nível nacional, pode-se aceitar que o fenômeno reflita pluralismo inerente à diversificação regional, social e filosófica. Contudo, é também sintoma de uma evolução sem continuidade, ao acaso de influências alheias aos interesses da educação, bem como da falta de uma abordagem compreensiva e integrada dos problemas educacionais.

O planejamento educacional propõe-se a corrigir essas distorções e suprir as lacunas. No processo de implantá-lo, todavia, ocorrem novos riscos, como o de reforçar um centralismo decisório; esvaziar a responsabilidade dos

executores; divorciar o planejamento das demais fases de execução (acompanhamento, controle, avaliação); agravar as falhas citadas com exigências das novas postulações.

No entanto, são poucos os Sistemas Estaduais de ensino que recebem diretrizes de planejamento como requisitos para o repasse de recursos, sem dominarem suficientemente seus fundamentos, sem capacidade de diálogo ou poder de negociação para caracterizar suas peculiaridades e desenvolver as adaptações necessárias.

As Universidades podem e devem atuar como parceiros para ajudar esses Sistemas a pensar os problemas; assinalar significados; amadurecer questões de base e método, desenvolver instrumentos de diagnóstico e de avaliação.

3. Da Atual Situação das Secretarias de Educação

Refletindo aspectos identificados no item anterior, o desempenho de algumas Secretarias de Educação apresenta as seguintes distorções:

- geralmente se encontram divididas entre o papel racional que lhes é atribuído de gerente do Setor Educação e as vicissitudes que lhes são impostas por uma série de dificuldades;

- esvaziadas em seus quadros, pelo ônus de pes-

soal cedido aos demais setores de administração pública, e pelo conseqüente desvio de funções, sofrem o descompasso entre excessivos encargos orçamentários e força de trabalho efetivamente disponível. Poder-se-ia mesmo dizer que as Secretarias de Educação estão se constituindo em "bancos de recursos humanos" para as administrações estaduais;

- sem agilidade para postular; para demonstrar custo-efetividade; para captar recursos que corrijam a anemia da rede escolar (à medida que aumenta o número de escalas, diminuem os recursos destinados a cada uma);

- com baixa capacidade de gastos, e sobrecarga de despesas com pessoal;

Outra deficiência que merece enfoque mais amplo, dada a especificidade do tema abordado é a que se refere à falta de integração com as Universidades, em geral resultante da inexistência ou escassa operacionalidade dos canais incumbidos da interação necessária.

Os diagnósticos apresentados a respeito, pelas diferentes Secretarias, constituem evidência do acima exposto. Mesmo quando existem os canais de interação, não detêm todas as informações e, conseqüentemente, o controle das iniciativas que lhes são pertinentes.

Acrescente-se que há Secretarias que mantêm seus próprios recursos para formação de pessoal de nível superior através de agências originadas de institutos de Educa_

ção. Ha, além disto, fundações estaduais em regime de administração indireta. Ou, ainda, fundações para as quais concorre com dotação inicial, mas que acabam por adquirir autonomia e funcionar segundo uma lógica que, tornando-se independente, escapa ao controle da administração central do sistema. Em todos os casos mencionados, tais recursos não são suficientemente articulados às estruturas centrais, delas dependendo quase que exclusivamente no que se refere aos recursos orçamentários. Absorvidas pela execução de suas atividades-fim, concorrem com as iniciativas federais e particulares, ao mesmo tempo que sobrecarregam o tesouro do Estado com um encargo que poderia ser alocado a outra dependência administrativa, sem atender às necessidades dos Sistemas.

De outra parte, as escolas isoladas têm se mantido à margem dos Sistemas, sem qualquer vaso-comunicação entre ambos.

As comunicações não se processam de forma sistêmica e as vias utilizadas, dentre outras, são geralmente as seguintes:

- mecanismos estritamente pessoais de relacionamento e gestão;
- superposição de papéis nos mesmos agentes (funcionários que também são professores universitários);
- atendimento incremental a problemas ou necessidades específicas;

- acomodação de situação de pessoal.

Como recurso administrativo para a articulação vêm sendo utilizados os convênios que, no entanto, apresentam-se insuficientemente instrumentados em termos de prévio planejamento, divulgação e recursos financeiros e não são avaliados depois de sua execução. Se por um lado prestam reais serviços aos sistemas estaduais, de outro acabam por definhar devido à complicação de tramitações burocráticas, ou descontinuidades administrativas.

Como possível decorrência da falta de planejamento prévio para detectar as necessidades dos Sistemas, os convênios nem sempre atendem às necessidades e peculiaridades, funcionando, em alguns casos, como elemento de distorção da política de pessoal.

II- Os Sistemas de Ensino e as Universidades

1. O Significado do Sistema para a Universidade

Os Sistemas de ensino, coordenados pela Secretarias de Educação, constituem-se no mais variado e amplo laboratório de experimentação e teste para as Universidades, uma vez que a escola - especialmente a de 1º grau - é a agência,

social mais difundida em todo o País. A título de exemplo , eis algumas áreas da Universidade às quais os Sistemas de Ensino podem oferecer oportunidade de pesquisa aplicada, com benefícios recíprocos:

- docência
- especialidades pedagógicas
- planejamento
- economia
- sociologia
- psicologia
- ciências médicas e para-médicas
- assistência social
- engenharia e arquitetura
- administração
- processamento de dados e informática
- comunicação
- filosofia

Além de foco e base para a pesquisa, os Sistemas de Ensino constituem significativo mercado de trabalho , capaz de absorver expressivo contingente de profissionais , tanto de formação pedagógica quanto praticamente de todas as demais especialidades, dado o caráter interdisciplinar da educação.

Mecanismos como estágio, recrutamento orientado para a realização de projetos específicos, bolsas de trabalho e outros, podem servir ao treinamento do pessoal discente das Universidades pondo-o em contato com a nova e complexa realidade que é a escola brasileira atual.

Acresce que os Sistemas de Ensino podem se apresentar como uma via para promover a integração entre a Universidade e a realidade social em que se situa, tanto pelos mecanismos de extensão universitária quanto pelos de ação comunitária direta.

2. Necessidades dos Sistemas de Ensino

Entre as necessidades dos Sistemas de Ensino, para as quais é relevante a colaboração das Universidades, podem ser assinaladas:

- a) redefinição permanente dos objetivos da educação;
- b) apoio científico às atividades-meio a atividades-fim;
- c) formação de recursos humanos.

Quanto ao primeiro aspecto, deve-se ter presente que o processo ensino aprendizagem determina mudanças na conduta do educando, quer os objetivos estejam explícitos ou não.

Quais as condutas realmente convenientes para o indivíduo ou para a sociedade?

Onde ocorrem distorções ou omissões?

O que é a educação brasileira; a que se propõe; a que deveria propor-se?

Como escalonar prioridades?

Como compatibilizar objetivos?

Quais os valores implícitos na ação educativa?

As Secretarias de Educação estão demasiadamente absorvidas nos aspectos executivos. Encontram-se submetidas aos efeitos das mais variadas formas de problemas e pres-

são. Não dispõem de tempo, de pessoal e de distancia para a adoção de uma atitude crítica quanto aos inevitáveis substratos filosóficos de sua ação.

As Universidades, com certo distanciamento dessa problemática ou enfrentando-a em escala significativamente menor, têm condições de exercer atividades inerentes à sua própria natureza, entre as quais as de reflexão, estudo e pesquisa. Em outras palavras, dificilmente outras instituições que não as Universidades podem pensar a educação.

Quanto ao apoio científico às atividades meio e às atividades-fim, as necessidades dos Sistemas de Ensino abrangem uma infinidade de aspectos. Por exemplo:

- no referente às atividades-meio dificilmente uma Secretaria de Educação está satisfeita com seu fluxo de comunicações, com sua área de informática, com seus mecanismos de planejamento e avaliação - isto quando não se ressentem com sua própria estrutura organizacional. Entre a afirmação de que o Sistema é uma empresa que ministra ensino e o que se verifica na realidade parece haver uma considerável distancia;

- no referente às atividades-fim, há todo um campo inexplorado de novas tecnologias educacionais, oriundas geralmente de outros países, cuja adaptação as diferentes realidades brasileiras exige ainda grande massa de trabalho. Para dar um exemplo em nível micro-educacional, não existe ain-

da uma conceituação nacionalmente aceita do que seja "alfabetização", nem pesquisas conclusivas sobre a utilização de métodos quer analíticos, quer sintéticos, ou outros.

Quanto ao terceiro aspecto, a Universidade é essencial para a formação de recursos humanos, tanto para as equipes centrais, quanto para o quadro de magistério.

Nas equipes centrais há necessidade de especialistas em administração, planejamento e avaliação, supervisão do ensino, economia da educação, bem como em áreas mais específicas, como currículo, teoria da comunicação, tecnologia da educação e outras,

Nos quadros docentes, há necessidade de:

- professores para a educação pré-escolar e para as séries iniciais de 1º grau, o mais expressivo contingente em termos de aculturação a quantidade. O professor polivalente para as atividades poderia ser preparado de forma cumulativa, com base na formação ao nível de 2º grau, a que se poderiam acrescentar desde estudos adicionais, até licenciatura curta ou plena e extensão universitária ou pós-graduação;

- professores para as áreas de ensino, em que conteúdos afins se apresentam de forma englobada (ex: Estudos Sociais), bem como para as áreas inovadas no currículo do 18 grau (formação especial e conteúdo diversificado), no esquema cumulativo já citado;

- no ensino de 2º grau, parece importante:

- a) regionalizar as agências universitárias de

habilitação de professores de forma a não agravar a saturação de habilitados nas grandes cidades com prejuízo dos centros menores, nos quais continua precário o quadro docente inclusive nas áreas de núcleo comum;

b) **aliar** a formação de docentes para a parte de qualificação profissional às necessidades regionais e locais de força de trabalho, bem como disponibilidades e recursos (empresas e outras agências capazes de formar ou treinar), o que pode ser obtido através de formas efetivas de articulação entre o planejamento educacional, o planejamento econômico e as unidades empresariais.

- no ensino especial e supletivo, formação ou especialização, tanto de pessoal docente como de outras categorias profissionais requeridas para as equipes interdisciplinares que, em ambos os casos são indispensáveis.

3. Mobilização dos recursos das Universidades

Para utilização ótima das disponibilidades, os Sistemas e as Universidades deverão armar, compatibilizando-as entre si, suas próprias equações, com vista aos objetivos, prioridades e outros fatores. Nossa preocupação, neste documento, será tão somente sugerir um esquema genérico a partir de categorias de insumos (colunas 1 e 2) e ações possíveis (coluna 3).

NÍVEIS	RECURSOS	AÇÕES
Graduação parcelada!	<u>Humanos</u>	Estágios
Graduação plena	discentes	Levantamentos
	docentes	Pesquisa
Pós-graduação	<u>Materiais</u>	Consultoria
	instalações	Assessoramento
	equipamentos	Circulação de Pes-
	Financeiros	soal

Assim, por exemplo, para realizar um levantamento de saúde da população de X anos, podem ser mobilizados alunos dos cursos de graduação plena em Educação Física, Medicina, Odontologia e Enfermagem, Para assessoramento ou consultoria num programa de racionalização ou processamento de dados, pessoal de pós-graduação em Economia e Administração . "Circulação de Pessoal" foi sugerida como uma forma de ação pela qual os docentes universitários pudessem ser cedidos ao sistema para projetos ou outras atividades por prazos determinados.

Dentro desta ótica, em cada região, a Secre-

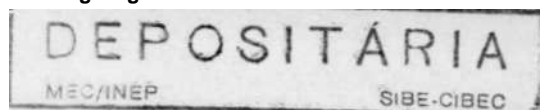
taria e as Universidades poderiam armar sua programação anual (ou plurianual) discutindo:

- objetivos e metas
- estratégias
- utilização e captação de recursos
- sistemática de avaliação e divulgação de resultados.

Neste trabalho, o Sistema seria naturalmente o porta-voz das necessidades e planos, cujo reajustamento envolveria a participação das Universidades.

III - Estratégias para a integração

A integração entre graus de ensino é proposta como imperativo de racionalização, renovação e melhoria do processo educacional. Tensionada entre as exigências de qualidade e a incontida expansão quantitativa, a educação tem que encontrar meios de realimentar suas ações por uma visão crítica, e constante renovação de conceitos é métodos. Para que os Sistemas de Ensino sejam real laboratório para a Universidade, e esta se faça o instrumento do progresso social, sugerem-se, a seguir, algumas **estratégias globais.**



Distritos Geo-Educacionais - Implementar o projeto de Distritos Geo- Educacionais, considerando também as redes de ensino de 1º e 2º graus e supletivo. Uma abordagem dos problemas educacionais sob essa ótica permitirá reorganizar, a médio prazo, a metodologia de planejamento educacional, a partir do diagnóstico da situação de cada Distrito;

Canais de Comunicação - A integração dos esforços das Secretarias e Universidades deverá, em certo momento, atingir o nível de formalização e institucionalização. Antes, contudo, poder-se-ia recorrer a formulações experimentais, altamente flexíveis. A delegação de competência a assessores dos Secretários e a assessores dos Reitores, devidamente credenciados, talvez permitisse grande agilidade no estabelecimento de trabalho integrado.

Conjuntamente, Secretarias e Universidades poderiam:

- fazer balanços de experiências anteriores, com vistas a identificar as causas de inadequações ou distorções de programa já executados;
- elaborar um programa de ação integrada baseado no mútuo conhecimento de possibilidades e interesses, a fim de evitar propostas inviáveis ou sem suporte na realidade;
- definir claramente quais os objetivos a atingir



3. Providencias Preliminares - Podem ser selecionadas algumas iniciativas de baixo custo, factíveis a curto prazo , que levem a repensar alguns problemas da educação.

Entre as iniciativas podem-se sugerir:

- Seminários sobre fins, objetivos e valores da educação, comparando o que é executado com o que é proposto;
- seminários sobre a compatibilização entre perfil do concluinte de 2º grau e o de postulante a curso superior, de forma a definir o que o sistema pode e deve produzir tanto com vistas a terminalidade, quanto ao prosseguimento de estudos. Esses seminários partiriam da premissa de que há necessidade de rever o ensino de 2º grau tanto quanto a orientação dos exames vestibulares;
- seminários sobre as formas de ação integrada entre os diferentes graus de ensino e entre os distintos níveis de subordinações administrativas.

4. Programa de Apoio das Universidades aos Sistemas

As Secretarias podem elaborar um elenco de projetos para os quais seria relevante a colaboração das Universidades, a partir dos ponto a de estrangulamento já conhecidos.

Podem ser citados, como exemplos:

- revisão dos fluxos de operação nas Secretarias, com vistas a remoção de obstáculos burocráticos;
- caracterização da estrutura administrativa, capaz de gerir e avaliar a execução do ensino;
- revisão da sistemática e processos de decisão, de elaboração de diretrizes e programas, bem como de avaliação;
- reestruturação das escolas superiores e instituições afins, de execução direta ou indireta, vinculadas ao Sistema;
- aproveitamento de pesquisas e trabalhos de pós-graduação;
- elaboração de projetos específicos para estágios de graduação.

5. Programa de Apoio dos Sistemas às Universidades

As Secretarias de Educação, através dos canais de comunicação estabelecidos, dispor-se-iam a abrir os Sistemas como campo experimental para as Universidades, segundo interesses mútuos e objetivos comuns.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)